

CONJUNTURA INTERNACIONAL ATUAL: AVANÇOS E RETROCESSOS

Dra. Lia Moretti
Professora UFMS

Alexandre H. Gonçalves
Doutorando Geografia UFGD, bolsista FUNDECT MS.
Professor UFMS.

Dr. Guillermo A. Johnson
Professor UFGD.

RESUMO: Neste trabalho, serão descritos, pensados e discutidos alguns fatos/elementos contemporâneos que acreditamos possuírem algum tipo de impacto - direto ou indireto -, nas formas de vivência e atuação da sociedade. Evidente que o rol de temas escolhidos, é reflexo de um exercício arbitrário de escolha deste grupo, mas cabe a ressalva de que estes se apresentam frente às leituras e interpretações decorrentes do referencial teórico específico e da opção epistemológica associada a esta pesquisa mais ampliada. Não são escolhas aleatórias, mas, são intencionais e seguem uma racionalidade teórico-metodológica e científica específica. Por conseguinte, os acontecimentos/fenômenos a serem descritos e discutidos, são: a) crise migratória; b) desequilíbrios ambientais globais; c) crise(s) econômicas; d) crise(s) de representação política, adicionalmente, e) mídia e poder e, f) filtros bolha na internet.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Geopolítica; Economia política internacional.

1. INTRODUÇÃO

Edificar um texto que aborde de maneira equilibrada o atual panorama da conjuntura internacional é um grande desafio, uma vez que são inúmeros os temas, as dinâmicas, os fatos e as abordagens possíveis de serem utilizadas ao longo deste raciocínio e desta composição crítica sobre um tema tão genérico, mas que, perfaz grande importância de ordem simbólica e pragmática no cotidiano de todos - de forma consciente ou não -, desdobrando-se inegavelmente nos rumos da economia, da política, da cultura, etc. Desta forma, neste trabalho, estão descritos, pensados e discutidos alguns (poucos até) fatos/elementos contemporâneos que acreditamos possuírem algum tipo de impacto - direto ou indireto -, nas formas de vivência e atuação da sociedade. Evidente que o rol de temas escolhidos, é reflexo de um exercício arbitrário de escolha deste pesquisador, mas cabe a ressalva de que estes

se apresentam frente às leituras e interpretações decorrentes do referencial teórico específico e da opção epistemológica associada a esta pesquisa. Não são escolhas aleatórias, mas, são intencionais e seguem uma racionalidade teórico-metodológica e científica específica.

Por conseguinte, os acontecimentos/fenômenos a serem descritos, são: a) crise migratória; b) desequilíbrios ambientais globais; c) crise(s) econômicas; d) crise(s) de representação política, adicionalmente, e) mídia e poder e, f) filtros bolha na internet.

A construção deste quadro deu-se a partir de uma pesquisa exploratória bibliográfica em dados secundários e a interpretação dos dados prosseguiu de modo indutivo.

2. ELEMENTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL

Sobre o primeiro ponto a ser descrito - a) crise migratória -, é primordial inferir que contemporaneamente, a migração internacional trouxe consigo um amplo desafio ao pleno desenvolvimento das políticas públicas dos governos democráticos no Ocidente. Uma vez que o aprofundamento da globalização - por si só - gerou impulsos a mobilidade internacional de pessoas, acrescidos - mais recentemente - de outros aspectos importantes, tais como: conflitos civis e militares - e, por conseguinte, os refugiados resultantes destes conflitos -, mudanças climáticas, trabalho, consumo, instabilidades políticas, etc. (OCDE, 2013).

Em decorrência dos conflitos armados de cunho político, étnico, religioso, civil e, entre Estados, que se estabelecem e perduram no Oriente Médio - por exemplo -, geram-se campos de refugiados em condições extremas de precária subsistência e elevada vulnerabilidade social (ANDRADE, 2011). Neste sentido, há uma onda de migração forçada dos habitantes desta região em direção à Europa, com a finalidade de fugir do caos - notadamente destinam-se à porção Ocidental deste continente. Fenômeno sem precedentes históricos diante da magnitude e complexidade dos fatores e volume de pessoas envolvidas neste panorama - aproximadamente um milhão de refugiados em 2015 (UNRA, 2016). Entretanto, aos Estados de destino, este quadro se configura como sendo um grave problema de segurança nacional - e internacional -, por conta de suas conotações políticas, culturais e, frente aos potenciais impactos negativos para o equilíbrio socioetno das nações europeias “desenvolvidas”. Uma vez que as tensões sociais decorrentes deste tipo de migração

internacional se intensificam internamente quando há um desequilíbrio nos mercados dos países receptores (VILLA, 1999).

Paralelamente, este cenário, ainda nos leva a refletir criticamente acerca da formulação e condução de políticas migratórias relativas à integração do migrante internacional - ilegal e legal - a plena condição de cidadania dentro dos Estados “receptivos”. Visto como as novas especificidades dos movimentos migratórios atuais - qualificação técnico-científica; capacidade de consumo; multiculturalismo; etc. - se somam aos antigos problemas de integração dos grupos migrantes às sociedades de destino - xenofobia; assimilação cultural; segregação socioespacial, etc. (GONÇALVES e JOHNSON, 2016).

Pensar sobre migração internacional - ilegal e legal - é pensar acerca da configuração dos Estados, uma vez que a mobilidade é uma prática de liberdade e democracia, visto como, por esta via se buscam a igualdade, a subsistência e o progresso individual e coletivo, fatos que impactam de maneira decisiva na conformação da identidade cultural e da evolução social, política e econômica de uma nação (BARALDI, 2014; MOURA, 2013). Para tanto, atribuições relativas à cidadania devem ser orientadas para construção deste quadro. Nesse sentido, compreendemos que cidadania é a prerrogativa formal de se participar e pertencer a uma coletividade política, obtendo-se efetivamente a titularidade de direitos políticos - votar e ser votado -, mas principalmente, obter acesso aos serviços públicos e, em igual medida, poder transitar entre as fronteiras nacionais (MEZZADRA *in.*, SQUIRE, 2011).

Acerca do segundo ponto a ser pensado - b) desequilíbrios ambientais globais -, podemos considerar que, a história da vida sobre a Terra tem sido uma trajetória de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. E, nesse aspecto, o Homem, adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo a, relativamente, pouco tempo. Todavia, ao longo do tempo histórico mais recente, a humanidade aumentou e aprofundou o caráter de exploração do meio natural e, em contrapartida, houve um assalto contra o meio ambiente, resultando em contaminação e desequilíbrio do ar, da terra, dos rios e dos mares, por via de métodos de exploração produtiva nocivos, materiais perigosos e, até letais. Esta poluição é, em maior parte, irremediável e, a cadeia de males que ela inicia, não apenas no mundo que deve sustentar a vida, mas também nos tecidos vivos é, em sua maior parte: irreversível. E, estas mudanças têm prosseguido com muita rapidez, acompanhando o ritmo impetuoso e insensato do Homem (CARSON, 1962).

Todavia, se tomarmos unicamente o mote do aquecimento global para tornar esta reflexão mais contemporânea e factível, uma vez que este possui impacto e

abrangência mundial, é pertinente entendê-lo como sendo um fenômeno climático de larga extensão, ou seja: um aumento da temperatura média superficial da Terra, provocada - concomitantemente -, por fatores internos e/u externos. Os fatores internos são extremamente complexos e estão associados a sistemas climáticos caóticos não lineares, inconstantes e incontrolláveis, devido a variáveis como a atividade solar, a composição físico-química atmosférica, o tectonismo e o vulcanismo. Fatores externos, por sua vez, são antropogênicos/antrópicos relacionados às emissões de gases de efeito estufa por meio da queima/liberação de combustíveis fósseis - carvão vegetal, mineral, petróleo e seus derivados, desmatamentos, etc. (SILVA e PAULA, 2009). Em decorrência destes fatos, têm sido detectadas inúmeras consequências do aquecimento global, como: subidas do nível relativo do mar, mudanças nos padrões climáticos em âmbito regional, ocasionando mudanças em padrões pluviométricos e períodos de precipitação de chuvas, etc., com severos impactos ambientais, econômicos e sociais.

Paralelamente, mas, ainda dentro deste contexto, há os desastres naturais, que têm se constituído como um tema cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, independentes destas residirem - ou não -, em áreas de risco/vulnerabilidade ambiental. Ainda que em um primeiro momento o termo nos remeta a associá-lo com eventos cataclísmicos extremos como: terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, ciclones e furacões, os desastres naturais contemplam, também, processos e fenômenos mais localizados, tais como: deslizamentos, inundações, subsidências e erosão, que podem ocorrer naturalmente ou induzidos por atividades humanas. Sendo em que ambas as situações, são responsáveis por expressivos danos e perdas, de caráter social, econômico e ambiental. Estes desastres naturais têm tido uma recorrência e impactos cada vez mais intensos, que podem - subjetivamente - já serem causados em decorrência das mudanças climáticas globais, ou - objetivamente -, em detrimento do acelerado processo de urbanização verificado ao redor do mundo nas últimas décadas (TOMINAGA; SANTORO, AMARAL, 2009).

Adicionalmente, é importante mencionar, que ao buscarmos uma conexão entre os elementos previamente apresentados acima, nos deparamos com duas perspectivas teóricas/conceituais importantes e, que podem ser observadas como sendo elementos em comum entre os episódios já narrados: I) o aspecto relativo à segurança global multidimensional, apresentado pelo pensador/pesquisador Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (1999) e; II) a doutrina do choque e do capitalismo de desastre, discutida sob a perspectiva de Naomi Klein (2007).

Sobre subitem (I), podemos destacar que essa convergência de fatores qualitativos e quantitativos permite que se deixe de falar - exclusivamente - em uma

ordem internacional, em referência específica a seus elementos e esferas políticas, tecnológicas e econômicas, para se incorporar a esta perspectiva/debate o vocábulo/conceito relativo à ordem ecológica. E, ao fazê-lo assumimos uma postura reflexiva acerca do impacto com que os componentes dos processos naturais estão/estavam sendo atingidos pela forma pouco equilibrada da interação tecnologia-população-progresso econômico. Este panorama evidencia uma discussão de forma explícita e complexa acerca da interdependência de fatores humanos e naturais, colocando em foco o perfil de sociedade de risco, com que as sociedades têm se autodeterminado. Isso significa que a sociedade tem passado a ser um risco predominante para si mesma, na medida em que a ameaça a sua subsistência já não é o resultado exclusivo de suas contradições internas (antagonismos de classe) e, externas (mudanças climáticas em si), mas sim, nos riscos que ela própria gera, gravitando em torno de valores negativos, como: perdas, destruição e ameaças (VILLA, 1999).

Desta forma, podemos abordar e refletir sobre o subitem (II), doutrina do choque ou capitalismo de desastre, apresentado por Naomi Klein (2007), que nos indica que esta é uma doutrina/pensamento filosófica para o exercício/alcance do poder, sobre como alguns Estados e, notadamente, alguns grupos privados, buscam conseguir seus próprios objetivos políticos e econômicos em detrimento de demandas legítimas da população como um todo. É um modo de racionalizar muito próprio, em que se “aproveitam” as melhores oportunidades para se impor - desmedidamente/amoralmente -, ideias e práticas radicais vinculadas ao livre mercado ultracapitalista superlucrativo e corrupto, em períodos subsequentes aos de um grande choque que desnorteiam e abrandam sociedades inteiras. Este “choque” pode ser uma catástrofe humanitária, um acidente de grande envergadura/comoção, um ataque terrorista, uma guerra, desastres naturais, ou, crises econômicas - como observaremos mais a seguir ainda neste texto. Secundarizando qualquer preocupação com relação a questões de ordem humanística e/ou que sejam equilibradas ou razoáveis, que perpassem por algum tipo de discussão, etc. Portanto, é uma aplicação extrema do capitalismo e sua ideologia máxima por meio da força - simbólica e efetiva -, cinismo, sadismo, medo, violência, massacres, crises e golpes (armados ou parlamentares) de agendas políticas e econômicas rejeitadas pela grande maioria das pessoas desse planeta - democrático -, em prol, unicamente, de grupos de interesse específicos (KLEIN, 2008).

Sobre o ponto: c) crise(s) econômicas, podemos descrever este fenômeno como sendo portador de inúmeros e graves efeitos políticos e sociais, repercutindo de

maneira direta no papel do Estado na economia, levando-se em conta que o discurso da política neoliberal gerou - teoricamente -, uma dinâmica de não intervenção na ordem socioeconômica. Entretanto, há um grande paradoxo neste quadro, uma vez que os Estados têm sido mínimos (na condução da proteção social), mas têm sido extremamente fortes e presentes (nos mercados financeiros e produtivos), deixando cidadãos e contribuintes dos recursos públicos atônitos – indignados, mesmo -, com este atual modo de atuação estatal.

Por princípio, os Estados e seus governantes possuíam - ao menos um discurso (retórico e falacioso), mas, presente -, de que o Estado deveria se esforçar para controlar os ciclos econômicos, constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas e combinando políticas fiscais e monetárias (keynesianas) direcionadas às áreas de investimentos estratégico público, tais como: transporte, comunicações e infraestrutura, consideradas vitais ao crescimento da produção em larga escala e do consumo em massa. Por conseguinte, o chamado Estado de bem-estar social representou uma importante base nas áreas da saúde, educação, segurança e previdência social, assumindo um papel de agente essencial na condução do desenvolvimento econômico das nações, por meio do fomento a geração do emprego e da renda. Para além de criar importantes esteios para os setores comerciais, financeiros e industriais de seus países (MEDEIROS, 2009).

Entretanto, a imposição do discurso neoliberal sobre a reestruturação produtiva, por meio da flexibilização da produção e das relações de trabalho, passou a enfatizar e a sedimentar o terreno em que essas políticas seriam/são implementadas por atores políticos e econômicos, voltados exclusivamente aos interesses das elites dominantes, trazendo em voga um espectro de riscos, incertezas, instabilidades e precariedades, que foram estendidas a todo corpo social (ROSANVALLON, 1984).

Frente a este árduo cenário, com a crescente informalidade no emprego e perda de direitos sociais, ao lado de forte concentração econômica, em que os cidadãos e trabalhadores vivenciaram o encolhimento das funções estatais de proteção ao emprego, mitigadas, moderadamente, por eventuais e polêmicas políticas focais de redistribuição de renda. Nesse sentido, a atual crise financeira/econômica mundial - e, não estamos versando exclusivamente sobre o panorama brasileiro, apesar de parecer, mas sim, de um quadro geral -, tem representado o ápice do desequilíbrio de forças no cerne do sistema capitalista, incluindo nesta esfera a crescente dependência da economia ao mercado financeiro e de capitais que, a cada nova crise, têm se revelado sem valor algum, fato vinculado a sua falta de base material e vínculo com a economia real (MEDEIROS, 2009). Por sua vez, esta condição é tão frágil e volátil que o principal canal de transmissão de crises e avanços macroeconômicos - no mundo

todo -, tem se dado por meio das expectativas e especulações, em que “climas extremamente abstratos, subjetivos e duvidosos” podem colocar em risco o equilíbrio das economias e do crescimento econômico das nações (GENTIL e MARINGONI, 2009).

Paralelamente aos fatos supracitados, podemos destacar que esta crise mundial não foi - nem a primeira e, nem será a última, pelo jeito - a angustiar a vida dos povos durante a vigência do capitalismo como ideologia hegemônica. Historicamente, desde a implementação das políticas e ações neoliberais - já ao longo dos anos 1980 e 1990 -, as crises apareceram em vários anos, por vários continentes, alternando-se pelos países desenvolvidos e periféricos, sempre por meio de um “motivo diferente”.

Mas, por sua dimensão mundial, esta atual crise vem trazendo consigo grandes efeitos para economia e, em igual medida, repercussões ideológicas importantes. As crises anteriores não chegaram a abalar as convicções desse grande arranjo social, econômicos e político, visto como ao final de cada crise, para a continuidade, o receituário das políticas públicas e as ações da iniciativa privada se mantinham nas mesmas bases anteriores. Mas, a crise atual é muito maior e, mais certezas estão sendo abaladas. E, ainda assim é possível perceber, o discurso e o esforço anticíclico dos governos em prol de medidas macroeconômicas ortodoxas e, temporalmente ineficazes - além de ultrapassadas em seu conjunto e contexto -, tais como: câmbio flutuante, metas inflacionárias e ajuste fiscal das contas públicas. Portanto, ao final desta crise, esse cenário deveria ser suficiente para marcar um fim da interdição dos debates e dos marcos ideológicos pautados na hegemonia e persistência do discurso único - leia-se: pró-capital.

Entretanto, se ao final desta crise, o pensamento neoliberal não for derrotado e não forem alterados os paradigmas que orientam os papéis dos Estados e dos capitalistas, os discursos pró-ajuste das contas públicas voltarão amplificados. As ações de socorro aos mercados financeiros e às empresas prosseguirão em marcha acelerada e, o conjunto das intervenções para minorar os efeitos desta crise deixarão os diversos países cada vez mais endividados. Uma vez que mantida a predominância da reprodução financeira do capital, lastreada na dívida pública, será cada vez maior a pressão pela manutenção de taxas de juros elevados, ou ainda, a subida destes. Estabelecendo que nações implementem um círculo viciosos em que o Estado, sobrecarregado de encargos financeiros e, em prol dos rentistas, apliquem medidas de ajuste fiscal, com novas rodadas de reformas para diminuição de direitos sociais, carreando todos os ônus da aventura neoliberal para quem quase nada ganhou no período de financeirização (VAZ, 2009).

d) Acerca da crise(s) de representação política, podemos iniciar a discussão indicando que em relação a representação, os líderes políticos são como signos simbólicos, que representam o objeto de um modo ideal, todavia, esta representação é uma intermediação entre a coisa e seu interprete e, a desconfiança com relação a intermediários vem se tornando tão grande que, a sociedade atual tende sempre a desprezar estes representantes. Este distanciamento que o próprio sistema político representativo edifica entre o Estado e a sociedade se compara àquela entre a palavra e o real, uma vez que o signo verbal acaba por representar uma ideia abstrata e geral da coisa/fato, mas nunca a própria coisa/fato. Ou seja: esta representatividade política na democracia liberal vem perdendo - perigosamente - sua importância devido a sua arbitrariedade, frieza e distância - simbólica e física - das sociedades, desvalorizando-se diante da população, por pretender lidar com a comunidade de pessoas reais de maneira totalmente abstrata e paralela a própria condição material da realidade objetiva (CAMARGO, 2011).

Por sua vez, nos últimos trinta anos, a democracia eleitoral viveu uma fantástica expansão no mundo, com o colapso e encerramento de regimes autoritário e totalitários mundo a fora. No entanto, com este avanço, contraditoriamente, vem ocorrendo também, um retrocesso: a deterioração da adesão popular às instituições representativas democráticas. Sendo que é possível detectar uma crise do sentimento de estar sendo adequadamente representado, fato que compromete os laços simbólicos e práticos que idealmente deveriam conectar eleitores/cidadãos aos seus políticos, candidatos, partidos e, de forma mais ampla, aos poderes constitucionais. Este fenômeno tem ocorrido por toda parte, de maneira mais ou menos direta/explicita, atingindo novas e velhas democracias eleitorais (MIGUEL, 2003).

Este quadro pode ser explicado, em grande parte por meio dos argumentos de Mills (1981), este indica-nos que por trás da fachada democrática dos rituais de obediência a vontade popular, cristalizou-se o domínio e a hegemonia dos interesses de uma minoria muito específica que monopoliza totalmente as decisões chave e os rumos políticos, econômicos e, mesmo culturais em que segue a nação. Neste caso, Mills assevera que os três pilares da elite do poder eram, respectivamente: I) os grandes capitalistas, II) os principais líderes/ícones políticos e III) os chefes militares. Esta tríade conforma um único grupo, que arregimenta outros elementos e grupos de interesse em prol de seus objetivos, dominando totalmente o Estado e sua burocracia. E, mesmo tendo princípios díspares, não concorrem entre si, ao contrário: cooperam efusivamente, graças a mecanismos de interação e ambições compartilhados. Estabelecidas por meio do intercâmbio de posições entre os três setores, para além da convivência íntima nos ambientes sociais e políticos comuns. Desta forma, reforçava-

se a solidariedade entre eles e este quadro, faz com que, cada um, ao tomar uma decisão, não deixe de levar em conta os interesses dos outros, mesmo que a revelia dos anseios populares/democráticos. Estabelecendo um quadro de formalidade ao sistema democrático que não passa de um frontispício retórico e simbólico a serviço de ludibriar toda uma nação em função da glória de elites exclusivas e suas ideologias peculiares, que não cumprem em nada o princípio basal da democracia: o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Nesse sentido, a democracia é um termo/conceito importantíssimo, todavia, alçado a uma condição de utópica/idealizada e, raras vezes alcançada e concretizada no mundo real - muito menos em agrupamentos tão numerosos e complexos quanto os Estados-nações (DAHL, 2000).

Novaro (1995) indica que os principais afetados por esta situação - pra além dos cidadão/eleitores e da sociedade como um todo -, são os partidos políticos, que foram convertidos em esteio formal da “bandalheira” e “desorganização”, não conseguem mais se refugiar em princípios ideológicos para reter seus eleitores e militantes, pois não conseguem agregar interesses legítimos, frente ao cenário de desarticulação efetiva com as bases populares, o que reflete e estabelece um abismo entre a população, o Estado, o governo e os representantes eleitos para atuar junto as esferas públicas, incitando um afastamento da sociedade da política e, inclusive, a adoção de atitudes antipolíticas, gerando um hiato no qual se instalam lideranças extremadas, com propostas radicais, que acabam mobilizando os eleitores e, por conseguinte, acendendo ao poder elementos nocivos a sociedade e a humanidade (NOVARO, 1995).

Assim sendo, este panorama geral ainda empreende uma situação em que o formalismo associado à democracia representativa, acaba por desvincular-se, por si só, da sociedade, encerrando/anulando o reconhecimento das políticas públicas e Leis ao ostracismo. No entanto, é importante apontar que esta esfera política não deveria - de modo algum -, estar desconectada do restante da sociedade e que, sem um mínimo de igualdade material e garantia das condições básicas de subsistência, o funcionamento da democracia está gravemente comprometido, estabelecendo um cenário de não representatividade política efetiva em que, pode insurgir - repentinamente - um líder tirano (mesmo eleito democraticamente), que pode implementar ou favorecer a supressão das liberdades civis, de expressão, encerramento/sufocamento de embates políticos “participativos”, prisão sem julgamento justo, tortura, assassinatos, roubos, extorsão e peculato por políticos no/do poder, que inevitavelmente se tronam “cleptocratas” enquanto a democracia e a sociedade são sumariamente destruídos (SNYDER, 2017).

Sobre o binômio: mídia e poder (ponto: e), podemos observar que a primeira tem sido o lugar de cristalização e indução do segundo, uma vez que esta tem colocado todas suas tecnologias, alcance, estratégias (ferinas) e impacto social aos interesses de uma elite que marca e segrega as sociedades, justamente, por meio da assimetria no exercício das relações pragmáticas e simbólicas de poder, atuando - efetivamente -, como dinamizadora do controle social. Por sua vez, esta mídia tem exercido um reforço constante da cultura e da ideologia vigentes, que tendem a erigir as fronteiras entre os estratos sociais, a partir da imposição de posturas “adequadas” e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas no imaginário coletivo por meio da subjetividade e da constância de repetição do discurso, isto porque as tecnologias midiáticas têm se espalhado pelos mais diversos espaços, passando a integrar e a “mediar” a sociabilidade (BRITO e GASTALDO, 2006). No desempenho desta função Brito e Gastaldo (2006, p. 121-122), indicam especificamente que:

(...) a mídia conta com uma legitimidade forjada na própria engrenagem comunicacional capitalista, em que o receptor, tratado como consumidor, é parte desta máquina, encarado como um dos elos da cadeia, de onde se produz sentido (que é, por sua vez, condicionado pelo disseminado poder-controle). Apresenta-se todo o aparato midiático como o próprio poder, não só por seu papel social (ou a quem serve), mas porque é visto pela sociedade, que o identifica como algo superior, portador/definidor da realidade (e, não uma representação desta), revelador da verdade e responsável pela criação das autênticas autoridades dos tempos atuais, ainda que estas sejam especialistas em nada (...). Isto não se dá naturalmente, é claro, colocando-se como uma construção da própria mídia, que cria a cada dia símbolos passageiros e heróis momentâneos, desta forma garantindo sua própria sobrevivência, como fornecedora de dados ao imaginário, e sustenta o meio econômico-cultural em que se insere, já que tais criaturas movimentam-se a serviço da reprodução dessa totalidade.

Notem que a narrativa e os argumentos acima transcritos são datados de 2006, mas, podem ser adequados a realidade contemporânea de forma inequívoca e indiscutível, fundamentando um trágico cenário social, político e econômico que vivenciamos acerca deste tema em específico. Desta forma, no limite da razão e da razoabilidade conceitual e filosófica, empresas privadas de comunicação têm aberto mão da essência de seu ofício de informar o público sobre os fatos, para exercer e replicar o poder político e econômico de grupos/atores exclusivos, fazendo a defesa de interesses empresariais e corporativos à base de notícias editorializadas,

manipulação, parcialidade e omissão, deixando de lado o jornalismo e assumindo uma postura de propagandistas e relações públicas de seus patrocinadores comerciais e ideológicos.

Neste sentido, acaba por se estabelecer uma política informacional, em que esta compõe o quadro de que as sociedades contemporâneas são fundamentalmente midiáticas, isto é, suas relações sociais e de poder são intermediadas e conduzidas por meio das diversas modalidades da mídia. Dentro desta lógica de atuação e compreensão, o jogo político (esfera pública ou do Estado) teriam de se adequar às regras definidas pela mídia - e seus financiadores -, em que o espetáculo e o entretenimento se fundem ao amálgama das notícias e fatos. Por conseguinte, este espaço público seria (e, é), agendado, em larga medida, pelos interesses do sistema midiático, que dá os contornos do que é - ou, não - legítimo, e do que deveria - ou, não -, ser prioritário (CASTELLS, 2000). Desta forma, os conflitos políticos e sociais são emoldurados pela mídia e, em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade dos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas e econômicas que são capturadas essencialmente no espaço da mídia, em que tudo (maior parte), que ficar fora deste espaço restrito, assume uma condição de marginalidade política, social e cultural. Assim sendo, grupos e ideologias contrastantes àquelas vigentes e impostas à sociedade se tornam cada vez menos representativas e representadas, colocando em cheque a teoria democrática vinculada, prioritariamente/teoricamente à mídia (FONSECA, 2011).

Sobre o poder vinculado a esta perspectiva e conjuntura, é preciso delimitá-lo como sendo a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, em função da causa de sua posição ou força, mesmo que o indivíduo/grupo/sociedade preferisse não o fazer, causando-o desconforto. Entretanto, a própria edificação dos ritos vinculados à democracia e ao contrato social (Rousseau), indica uma concessão do poder emanado do povo aos seus representantes legítimos (teoricamente), os políticos. Contudo, com a utilização da mídia, o exercício de conquista do poder, deixou de ser exercido pelo uso indiscriminado e ostensivo da força/violência e, passou a ser adotado e estabelecido por meio desta, mais simbólico e sutil - mas, mesmo assim, com repercussão na realidade e na vida das pessoas. Assim, esta passou a ser um instrumento nas mãos do poder e ganhou muita relevância com isso, tanto que hoje, nas democracias liberais, é fundamental para a manutenção/ascensão dos governos. Tanto que, as empresas privadas de comunicação/mídia se parecem, efetivamente, como partidos políticos, inclusive, se transformaram em unidades de poder (político-partidário), colonizados por interesses e ideologias próprias. E, é por

isso que estes precisam recriar a realidade, por meio da manipulação das informações, para exercer essa força (ALEXANDRE e FERNANDES, 2006).

De tal modo, esta mídia se tornou um elemento fundamental na construção de imaginários sociais e na construção/destruição daquilo que se compreende como “realidade”. Configurando-se como basilar a qualquer projeto de formação ideológica. Desta feita, para se atingir a política como fim em si mesmo, é preciso repassar pelo aval da imprensa/mídia - e, seus patrocinadores -, seja conquistando/pagando por sua simpatia ou produzindo fatos jornalísticos que coloquem o político em evidência. Ainda nesta esteira e, seguindo esta racionalidade, a partir do momento em que a mídia passou a seguir o dinheiro/lucro e, o próprio poder e, não mais a ética filosófica de sua função, seus objetivos e sua vigilância ficaram totalmente comprometidos com o poder ou, com os interesses empresariais. Apesar disto, não deixou de adotar um papel/*persona* de tribunal inquisidor, onde julga, acusa, condena ou absolve segundo suas convicções. Desenvolvendo com este exercício o domínio de alterar a realidade, por meio das normas e valores jornalísticos, elaborando fortes discursos e narrativas em prol da elaboração/adoção das opiniões do povo acerca de Homens e fatos. E, não há mídia sem público e nem público sem mídia, é uma relação de complemento, Por conseguinte, esta relação da mídia - e, seu público - com o poder, vem sustentando o “mundo concreto”, induzindo/forçando ao consenso, legitimando e/ou impondo a hegemonia de determinados grupos sobre outros e, mesmo construindo conhecimento (com uma opção epistemológica bem definida). Assim sendo, se o discurso da mídia é entendido como zona de conflitos e disputas, pode-se compreendê-los como a busca ou a manutenção do poder (BOURDIEU, 1989). Ainda, de um modo geral, as pessoas estão buscando informações que, unicamente, confirmem suas posições políticas/ideológicas apaixonadas, negligenciando a veracidades dos fatos e a forma com que estes são transmitidos e construídos. Não há qualquer tipo de aprofundamento ou reflexão sobre os impactos singulares ou difusos e coletivos destes (HOFMEISTER, 2015).

Sobre o último ponto a ser descrito neste capítulo - f) filtros bolha na internet -, podemos inferir que, se a internet possuísse sua infinidade de dados, temas, artigos, fatos, versões, fotos, vídeos, músicas, etc., dispostos de maneira aleatória, estes não seriam de grande valia e aplicação aos usuários. E, para responder a esta demanda os mecanismos de buscas foram desenvolvidos como sendo os guias de referência no rumo ao acesso à informação e ao conhecimento constantes no ciberespaço (ALMEIDA, 2013). Nesse sentido, o *Google* - e seus congêneres - deveriam cumprir a função de direcionar com precisão, imparcialidade e segurança os usuários às

informações que estes necessitam - uma vez que, até mesmo no ambiente acadêmico e científico estes buscadores têm sido largamente utilizados como ferramentas para busca de dados e pesquisas (ALMEIDA, 2013).

Todavia, este discurso idealizado é ilusório e enviesado e, em seu ápice, é potencialmente cerceador das possibilidades de liberdade e autonomia abertas pela própria internet. Uma vez que, as buscas por conteúdos feitas por meio destes mecanismos *on-line*, são ativamente e automaticamente mediadas - por protocolos ultra velozes - por filtros estabelecidos rigidamente a partir de buscas pretéritas do usuário, sendo organizadas pelo prestador de serviço para oferecer resultados mais “satisfatórios, cômodos e próximos à realidade e ao perfil do usuário”, criando um filtro bolha personificado em que, no entanto, as informações dispostas e apresentadas ordenadamente não são neutras e, trazem atreladas consigo interesses políticos, ideológicos e comerciais corporativos de grandes empresas, governos e grupos de interesse (PARISIER, 2012).

Destarte, por não conhecermos e/ou escolhermos os critérios e parâmetros de filtragem que os *sites* de busca se utilizam para realizar seu trabalho, é possível compreendermos criticamente que as informações que nos chegam compulsoriamente por meio de um filtro bolha de internet é objetivamente: parcial, ideologizado e comercialmente direcionado unilateralmente, seguindo aos desígnios de confrarias exclusivas - notadamente estrangeiras, privadas e capitalistas (PARISIER, 2012).

Deste modo, interferindo de maneira direta na capacidade dos indivíduos, das sociedades e das organizações de compreenderem os fatos e o mundo de maneira equilibrada; contorcendo, em igual medida, suas competências para tomadas de decisão mais adequada em função de suas demandas e potencialidades legítimas. Isso porque as fontes e as informações apresentadas e elencadas aos usuários por meio do filtro bolha de internet trazem os informes adicionados e condicionados a interpretações não neutras (ALVES FILHO, 2000).

Um fato ostentado como sendo mais uma maneira engenhosa e tecnológica para facilitar a vida das pessoas em seu cotidiano, traz consigo sérios riscos de manipulação de pensamentos e práticas a partir de interesses externos, em que empresas privadas e governos são quem estabelecem estes parâmetros e indicadores de comportamento, cercando e conduzindo o usuário a tomar determinadas ações de maneira “consciente”. Pois, cada vez mais o monitor dos aparelhos conectados a internet reflete os “próprios interesses” do usuário. Entretanto, esta percepção se deve, justamente, porque os mecanismos de busca são parciais, adequando-se - e, direcionando - a visão e a percepção da realidade em que cada indivíduo se insere - ou, é inserido.

Por sua vez, essas ações de caráter evidentemente comercial, estabelecem e reforçam também paradigmas ideológicos e, a pregação dos grupos de interesse que exploram estas ferramentas são uníssonos em prol da ampliação e aprofundamento destas técnicas, que, inclusive, já prosseguem no sentido de que a internet deva gravitar - cada vez mais - em torno do indivíduo - essencialmente compreendido e definido como: consumidor -, até chegar ao ápice de que os *sítes* indiquem o que os usuários devem pragmaticamente fazer, comprar, seguir e “curtir”. Estes são argumentos e reflexões tão extremadas que beiram ao universo fantástico e ficcional, entretanto, são situações e fenômenos que já estão em voga.

As discussões supracitadas ao longo deste tópico devem ser compreendidas como sendo um elemento de alerta reflexivo a sociedade como um todo e, especificamente aos movimentos sociais que se utilizam da internet e suas redes sociais específicas para darem vida e viabilizar tecnologicamente suas próprias redes. Isto porque os principais atributos dedicados à internet como a liberdade e a fluidez de informações e conexões interpessoais, podem, ao longo de um futuro próximo - senão agora mesmo -, estarem sendo monitoradas e conduzidas dissimuladamente por organizações privadas com interesses próprios, capacidade técnica e fiabilidade em suas ações por parte de seus usuários, encobrendo enormes riscos a essência da liberdade de pensamento e ação dos indivíduos e sociedades e, em situações extremas, com a finalidade de criar uma perspectiva de vida e mundo a partir de uma ideologia e práticas bastante específicos (GONÇALVES e SILVA, 2017), em que os argumentos e as demandas dos movimentos sociais e seus atores, podem ser descaracterizados ou confinados a nichos específicos de repercussão, minimizando seu alcance social, político e midiático efetivos e impacto verdadeiro na “sociedade real”. Ainda, de um modo mais pragmático e contemporâneo - sem extrapolações de ideias -, é possível inferir também que a mesma internet e suas redes sociais características são vias de mão-dupla e, que podem, coetaneamente, servir aos interesses daqueles sujeitos/grupos/organizações que buscam estabelecer ações revolucionárias, contestadoras e construtivistas de modo autônomo em prol de um cenário mais equilibrado (como os movimentos sociais) e, em igual medida, serve a sujeitos/grupos/organizações conservadores, reacionários e, com ideias “realistas” que buscam dissuadir, inibir e desqualificar àqueles elementos contrários aos seus objetivos específicos. É nesse sentido, que a cada dia, grandes grupos privados de mídia (àqueles mesmos de parágrafos atrás), se inserem com sua programação e ideologia na internet, fazendo frente, de modo ostensivo a qualquer movimento de contracultura ou contrainformação que possa colocar em risco suas ações e das elites patrocinadoras de suas ações. Ou seja, a batalha pela informação (ou, desinformação)

vem ganhando um novo campo (a internet) e, esta situação deve ser levada em conta àqueles que buscam compreender este cenário, cada vez mais complexo, dinâmico e veloz.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, frente ao contexto indicado, é possível observar que diante do olhar incrédulo, mas, passivo de toda uma população subjulgada, as elites mundiais têm imposto suas regras e interesses sobre os demais e, não tem havido nenhum contestado significativo sobre este estado das coisas, que alcance um patamar que faça frente a este quadro. Isso porque, para além da repressão física e “uso legítimo da força” - ainda bastante presentes no cenário mundial -, há uma espécie de violência simbólica, que se disfarça de convencimento pelo “melhor argumento”. Desta feita, ao dominarem todas as estruturas de poder e da informação, os privilegiados monopolizam os recursos que deveriam ser de todos e abrem caminho a sobre-exploração dos fatores produtivos, em prol de seus interesses ideológicos e lucros.

As “crises” que se põem ao longo do tempo possuem a particularidade de serem pouco transparentes em termos de dinâmica e de soluções para a população em geral, uma vez que os mecanismos são obscuros, mas, os impactos são visíveis e, estes sim, podem mobilizar, gerar indignação e agregar resistências e lutas em prol de algo novo (DOWBOR, 2009).

Situação permeada por uma cegueira moral, em que prossegue um reforço sobre o exercício de insensibilidade diária frente ao sofrimento alheio, na incapacidade/recusa de compreender os fatos extremos de maneira equilibrada e humana (BAUMAN e DONSKIS, 2014). Conformando, neste caso, um panorama em que os efeitos colaterais deste conjunto de ações não são levados em consideração, onde as vítimas das ações políticas e econômicas são consideradas como sendo perdas naturais do processo. Pior ainda, as próprias vítimas são culpabilizadas por sua exclusão e miséria. Essa naturalização/dessensibilização é observada, sobretudo, na indiferença dos políticos em relação aos homens, mulheres e crianças sacrificados em prol dos interesses de lucratividade de seus patrocinadores/grupos ideológicos específicos (BAUMAN, 2016).

Desta feita, ao longo deste capítulo, não fora nosso desígnio traçar um elenco das tragédias que nos assolam ao longo do tempo, mas sim, trazer em voga que as crises setoriais e conjunturais que têm representado uma crise mais ampla de governança local, nacional, regional e, mesmo, planetária. Posto que haja uma convergência de problemas que se avolumam, cuja sinergia os torna mais

ameaçadores e, cuja raiz comum encontra-se nas barreiras ideológicas e na ineficiência das funções reguladoras dos Estados e, da capacidade de planejamento e intervenção organizada e inovadora da iniciativa privada. As alternativas não serão construídas da noite para o dia, mas, numa visão mais abrangente, em que uma nova institucionalidade é preciso. Viável? Lamentavelmente, esta não é a questão e, sim: quando as medidas terão de ser tomadas? Portanto, as crises e recrudescimentos dos cenários descritos até o presente representam oportunidades - mas, não garantias -, para que se organizem ideias e práticas que sejam convergentes em prol de forças sociais e institucionais verdadeiramente interessadas em um novo caminho para o desenvolvimento, que possua em suas características e métodos o mínimo de viabilidade econômica, mas, o máximo de equilíbrio social, por meio de ações efetivas, ajustes progressivos e inclusivos (LAVINAS, 2009).

Com relação específica a atuação dos movimentos sociais e suas redes - de um modo geral -, a conjuntura dos elementos contemporâneos supracitados (pontos: a; b; c; d; e; f), é extremamente complexa, crítica e, inconveniente. Todavia, é justamente em cenários como este em que surgem as lutas, as resistências e as articulações de setores sociais/sujeitos oprimidos, dando reinício a fases de oposição, esforço e lide em prol de um futuro menos desigual. A conferir!

4. BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, A. A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia. **Rev. Comum.** v. 5, n. 15, 2000.

ANDRADE, G. B. A guerra civil Síria e a condição dos refugiados: um antigo problema, “reinventado” pela crueldade de um conflito marcado pela inação da comunidade internacional. **Revista de Estudos Internacionais: REI.** vol. 2. 2011.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BARALDI, C. B. F. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania Sul-americana:** o prisma do Brasil e da integração Sul-americana. São Paulo: IRI-USP. 2014.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1962.

DOWBOR, L. Navegando na crise: o potencial de mudanças. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

GENTIL, D. L.; MARINGONI, G. Crise econômica e condicionantes internos e externos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

GONÇALVES, A. H.; JOHNSON, G. A. Reflexões críticas sobre o acesso a condição de cidadania ao migrante internacional: um quadro geral e contemporâneo. In.: IV Jornada Científica da Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IV Jornada Científica da Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 2016.

_____.; SILVA, L. M. Educação a distância e filtros bolha na internet: tecnologia, ideologia e sociedade do conhecimento. **Rev. Paideia**. n. 15. 2017.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KIRKPATRICK, D. **O efeito Facebook**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2011.

LAVINAS, L. Crise: ocasião para ajustes progressivos e inclusivos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

MEZZADRA, S. The gaze of autonomy: capitalism, migration and social struggles. I: SQUIRE, V. **The contested politics of mobility: borderzones and irregularity**. London: Routledge, 2011.

MEDEIROS, A. A. A. Estado, crise econômica mundial e a centralidade do trabalho. **Rev. Direito GV**, n. 5. 2009.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Inst. Teotônio Vilela, 1984.

SILVA, R. W. C.; PAULA, B. L. Causa do aquecimento global: antropogênica versus natural. **Rev. Terra e didática**. n. 5, 2009.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. International Migration Outlook 2013. OCDE. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-en (Acessado em: 04.04.16 às 17h47min).

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: IG. SMA, 2009.

UNRA - UNITED NATIONS REFUGEE AGENCY; UNPF - UNITED NATIONS POPULATION FUND; WRC - WOMEN'S REFUGEE COMMISSION. **Initial assessment report: protection risks for women and girls in the European refugee and migrant crisis**. UNITED NATIONS. 2016.

VAZ, F. T. Uma contribuição para o debate político sobre a crise de 2008 e as suas consequências. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial**: impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 2009.

VILLA, R. D. A segurança global multidimensional. **Rev. Lua Nova**. n. 46. São Paulo, 1999.